

O julgamento do *habeas corpus* nº. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça: pode o princípio da bagatela imprópria ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), caso ocorra a reconciliação posterior do casal?

The habeas corpus judgment no. 333.195/ms by the superior court of justice: the principle of improper bagatela may be applied to criminal offenses committed under law no. 11.340/06 (maria da penha law), if the couple later reconciles occurs?

Elenita Araújo e Silva Neta*

Resumo: O trabalho tem como problemática central a identificação se o princípio da bagatela imprópria pode ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei nº. 11.340/06, caso ocorra a reconciliação posterior do casal, de acordo com o julgamento do HC nº. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça. Logo, o objetivo do artigo é analisar se a reconciliação do casal seria requisito autorizativo que permite a incidência do referido princípio ou não. Assim, foi utilizado um método dedutivo (partindo-se de uma análise geral da temática, com o estudo da Lei Maria da Penha para, posteriormente, tratar sobre o julgamento do citado habeas corpus impetrado pela Defensoria Pública do estado de Mato Grosso do Sul) e as principais obras dos autores que tratam sobre a temática, como Luigi Ferrajoli e Roberto Barroso.
Palavras-chave: Lei nº. 11.340/06, intervenção mínima, bagatela imprópria, HC nº. 333.195/MS, relevância penal.

Abstract: The work has as its central problem the identification if the principle of improper bagatela can be applied to criminal offenses committed under Law No. 11.340/06, if the subsequent reconciliation of the couple occurs, according to the judgment of HC No. 333.195/MS by the Superior Court of Justice. Therefore, the objective of the article is to analyze whether the reconciliation of the couple would be an authorizing requirement that allows the incidence of this principle or not. Thus, a deductive method was used (starting from a general analysis of the theme, with the study of the Maria da Penha Law to later deal with the judgment of the aforementioned habeas corpus filed by the Public Defender's Office of the state of Mato Grosso do Sul) and the main works of the authors who deal with the theme, such as Luigi Ferrajoli and Roberto Barroso.

Keywords: Law No. 11.340/06, minimal intervention, improper bagatela, HC nº. 333.195/MS, criminal relevance.

Recebido em: 08/08/2023
Aprovado em: 01/11/2023

Como citar este artigo:
SILVA NETA, Elenita Araújo
e. O julgamento do habeas
corpus n. 333.195/MS pelo
Superior Tribunal de
Justiça. Revista da
Defensoria Pública do
Distrito Federal, Brasília,
vol. 5, n. 2, 2023, p. 113-133.

* Mestranda em Direito
Público (UFAL). Advogada.

Introdução

A Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) corresponde a um verdadeiro marco na proteção da integridade física, moral, psicológica, sexual e patrimonial da mulher – tanto em um ponto de vista nacional, quanto internacional –, sendo o resultado de um histórico constante de lutas (principalmente de mulheres) para que estas pudessem ser vistas como sujeitos de direitos e entes ativos na participação das decisões do Estado. Com isso, a referida Lei trouxe todo um mecanismo – em seu bojo normativo – para garantir a efetivação da proteção do gênero feminino no contexto de violência doméstica ou familiar. Assim, um desses mecanismos – como veremos adiante – são as denominadas medidas protetivas (que podem ser deferidas, inclusive, em caráter de urgência pelo magistrado).

Contudo, como o direito penal deve ser utilizado para prevenir e reprimir condutas que possam ferir gravemente os bens jurídicos mais relevantes para o corpo social – e consequentemente abalar a paz contratual entre os indivíduos –, o seu manuseio requer a observância de algumas normas essenciais, dentre elas o denominado princípio da intervenção mínima. Logo, sendo resultado direto da intervenção mínima do Estado, o princípio da bagatela corresponde a uma ferramenta capaz de excluir a tipicidade material da conduta delituosa e, de forma consequente, excluir o crime; sob a justificativa de que tal ação ou omissão foi tão insignificante que não autorizaria a intervenção do direito penal como *ultima ratio* da máquina estatal.

Além da bagatela, também existe o denominado princípio da irrelevância penal do fato (ou da bagatela imprópria), o qual determina que em alguns casos criminais, ao magistrado é permitido não aplicar a pena do ilícito, tendo em vista a sua desnecessidade por alguma circunstância que gravitou (ou gravita) a situação delitiva. Nesse sentido, o referido princípio da bagatela imprópria acabou sendo invocado em sede do HC nº. 333.195/MS – perante o Superior Tribunal de Justiça – como tentativa de aplicá-lo nos casos em que haja reconciliação da mulher vítima de violência doméstica ou familiar (e que esteja sob o manto da Lei nº. 11.340/06) com o seu agressor, tendo em vista a desnecessidade de imposição da pena contra este.

Portanto, o presente trabalho tem como problemática central: o princípio da bagatela imprópria pode ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei nº. 11.340/06, caso ocorra a reconciliação do casal, de acordo com o julgamento do HC nº. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça?

Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar se a reconciliação do casal seria requisito autorizativo que permite a incidência do referido princípio ou não.

Para se atingir tal objetivo, foi utilizado um método dedutivo (partindo-se da análise geral da temática - inicialmente, com o estudo da Lei nº. 11.340/06 e depois, com os principais preceitos normativos do princípio da bagatela e do princípio da irrelevância penal do fato, através de jurisprudências pontuais, como o AgRg no HC nº. 764.554/SP do Supremo Tribunal Federal – para se chegar, ao final da confecção do artigo, à análise minuciosa do julgamento do referido HC nº. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça).

É válido frisar - também - que foram usadas as principais obras dos autores que tratam sobre a presente temática, como Luigi Ferrajoli, Roberto Barroso e Adrualdo de Lima Catão.

1. Breves comentários sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/06) para compreender a problemática posta

A Constituição Federal de 1988, em seu Art.5º, Inciso I; procurou garantir a igualdade formal entre os homens e mulheres, no sentido de direitos e obrigações. Para olhos pouco atentos, parece uma disposição constitucional sem muita relevância hermenêutica, tendo em vista que não se há espaço – em pleno Estado Democrático de Direito no Brasil, conforme Art.1º, *caput*, também da referida Constituição – de se pensar que homens e mulheres são desiguais em obrigações e direitos no Brasil atual; assim:

A nova interpretação constitucional surge para atender às demandas de uma sociedade que se tornou bem mais complexa e plural. Ela não derrota a interpretação tradicional, mas vem para atender às necessidades deficientemente supridas pelas fórmulas clássicas (BARROSO, 2019, p.298).

Contudo, tal realidade tipificada pelo citado Art.5º da Constituição Federal de 1988 – na verdade – retrata uma luta histórica das mulheres para o seu reconhecimento enquanto sujeito de direito ativo nas transformações sociais, políticas e jurídicas do seu país (o Brasil); pois:

A Constituição Federal, corroborando com a ideia proposta de igualdade entre os gêneros, agregou a mudança radical da situação jurídica das mulheres após a sua promulgação. Além da consagração de igualdade entre gêneros, destituiu o pátrio

poder, o qual dava ao homem o poder das decisões familiares, característica principal do modelo patriarcal, que tornava a mulher submissa em relação ao gênero masculino. A partir disso, proporcionou-se uma nova formulação na relação conjugal, consagrando a igualdade de gênero em tais relações, redação esta especificamente presente no artigo 226, §5º, da Constituição Federal [...]. (SANTOS; BRUTTI; 2019, p.04).

Pode-se observar, dessa forma, que o surgimento da referida disposição de igualdade formal entre a figura masculina e feminina - e os mais diplomas legais que buscam garantir tal tratamento isonômico e protetivo à mulher - como a própria Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/06), são resultado de uma luta histórica das mulheres no anseio de reconhecimento dos seus direitos políticos (possibilidade de voto e participação na vida pública), sociais (trabalho, moradia, lazer, por exemplo); sexuais (direitos reprodutivos e de arranjo familiar) e jurídicos (acesso à justiça e proteção da figura feminina).

Quem explicitada muito bem tal contexto – e de forma bastante didática – são as denominadas ondas feministas, as quais correspondem à divisão das conquistas femininas (e por mulheres) das referidas demandas políticas, sociais, sexuais e jurídicas. De forma bastante sucinta, haverá o tratamento de cada uma das quatro ondas, com foco nesta última (jurídica), uma vez que a formulação e consolidação da Lei nº. 11.340/06 representa uma consequência direta de tal fenômeno na realidade brasileira (além de outras discussões de pauta jurídica, como o deslocamento do crime de estupro [hoje, previsto no Art.213 do Código Penal] para o Título I [Dos Crimes Contra a Pessoa] do mesmo diploma legal).

Assim, é válido alertar que o surgimento de uma nova onda não foi capaz de anular os efeitos trazidos pela anterior, isto é, as quatro ondas feministas possuem efeitos cumulativos ao longo do tempo, de tal forma que as citadas conquistas das mulheres devem ser encaradas como um evento cumulativo (e não, excludente); já que:

O feminismo emerge em múltiplas lutas por meio do trabalho de mulheres e homens feministas atuantes nas movimentações das ruas, nas organizações não-governamentais, nos setores acadêmicos, nos governos, nos movimentos sociais (BARROS; ALVES, 2022, p.117)

Inicialmente, analisaremos a primeira onda feminista. É preciso, nesta oportunidade, ressaltar que graças ao pensamento iluminista¹ desenvolvido entre os séculos XVII e XVIII, a concepção moderna de Estado foi construída de acordo com a necessidade de conferir segurança jurídica nas decisões emanadas pelo ente estatal e que, de alguma maneira, viessem a afetar direta e indiretamente a relação entre os particulares e a relação destes para com o próprio Estado. Diante disso, encontrou-se na consolidação de um documento escrito (e que refletisse a vontade do povo) a ferramenta hábil e viável para garantir tal segurança, tendo em vista que:

[...] cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. Imediatamente, no lugar da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo composto de tantos membros quantas forem as vozes da assembleia, corpo que recebe por esse mesmo ato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade. Essa pessoa comum assim formada pela união de todas as outras tinha o nome de Cidade e tem agora o nome de República ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros Estado, quando passivo, Soberano, quando ativo, Potência, quando comparado a seus semelhantes (ROSSEAU, 2009, p. 34-35).

O documento a que me refiro, com isso, é a Constituição. Apesar de suas mudanças gradativas e adaptativas das necessidades de cada povo e do seu sistema de governo, as Constituições formuladas com os anseios dos ideais iluministas acabaram prevendo um rol de direitos e garantias fundamentais que deviam ser conferidas aos indivíduos particulares, como a proteção à propriedade, à vida, à integridade corporal, entre outros.

Nesta seara, apesar de representar uma forma de conferir segurança (principalmente jurídica) para tais relações, as Constituições não abarcavam as mulheres como sujeito de direitos e pessoas ativas na vida política e pública do Estado. Porém, isso não é de hoje, pois – a título de exemplo – quando a própria Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão foi promulgada em 1789 na França, Olympe de Gouges elaborou uma própria Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã (em 1791), como forma de demonstrar a não inclusão das mulheres como indivíduos ativos nas transformações sociais e políticas do país (E SILVA NETA; CATÃO, 2020, p.15):

¹ O iluminismo correspondeu a um movimento de consolidação do pensamento contratualista, principalmente na Inglaterra e na França do século XVII e XVIII, o qual acabou contribuindo para a construção da justificativa e legitimação do Estado, enquanto um ser necessário e regulador da paz social entre os indivíduos. Alguns dos autores iluministas que construíram tal cenário foram, por exemplo, Jean Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e John Locke.

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral. (GOUGES, 1791, p.01).

E o que ocorreu no século XIX - principalmente em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América - foi reflexo direto da exclusão da casta feminina na participação ativa dos caminhos políticos e públicos que o ente estatal poderia tomar. Diante desse cenário, eclodiu a denominada “primeira onda feminista”, com o intuito de conquistar direitos políticos, sociais e da vida pública das mulheres, como a possibilidade do voto igualitário. Importante frisar que tal onda foi constituída essencialmente por mulheres de classe média e branca e serviu também, na terceira onda (como veremos), de justificação para o desmembramento do movimento feminista.

Inclusive, no Brasil e a título exemplificativo, a própria Constituição Federal de 1988 garante aos homens e mulheres o poder ao voto (Art.14, *caput*, da referida Constituição), tendo a Emenda Constituição nº. 117/2022 conferido – também – a obrigação dos partidos políticos a destinar, no mínimo, 30% dos recursos públicos para a campanha eleitoral das candidaturas femininas.

Tal contexto nas palavras de Glauciany de Assunção:

Apesar de serem novas as práticas de lazer e socialização na cidade reformada, não era nada novo observar a presença masculina no espaço público, afinal, esse sempre foi o espaço legítimo da sua atuação. O que realmente impactou os conservadores da época foi a presença das mulheres da elite social nesse espaço. No entanto, as mulheres pobres, que na maioria dos casos tinham a responsabilidade do sustento da casa, sempre circularam pela cidade em busca de trabalho e do que fosse preciso para a provisão material de suas famílias. Por isso, foi a presença das mulheres desacompanhadas, pertencentes às famílias ricas e de classe média, que surgiu como algo inédito nas ruas [...] e incomodou os olhos do mais conservadores (DE ASSUMÇÃO, 2022, p.86-87).

Com a conquista gradativa dos referidos direitos políticos, sociais e da vida pública, as mulheres passaram a reivindicar também a necessidade de proteção do sexo feminino no âmbito

dos direitos sociais, como no trabalho e no lar. Nos Estados Unidos da América, as estadunidenses precisavam conciliar o desempenho do seu trabalho fora do ambiente doméstico e dentro do próprio lar, o que acabava acarretando a sobrecarga da própria mulher no desempenho de suas funções enquanto trabalhadora (“extramuros”) e mãe (“intramuros”). Diante disso, mostrou-se a necessidade de conquistas gradativas dos referidos direitos sociais, como forma de melhorar e igualar a condição da mulher enquanto trabalhadora e mãe, concomitantemente, logo a:

[...] Segunda Onda, início da década de 1940, com reflexões e lutas sobre questões do âmbito doméstico e social, esfera pública e privada, opressões de gênero, sexualidade e corpo, marcada pelas obras de Simone de Beauvoir (1967; 1970), *O Segundo Sexo*, e de Betty Friedan (1971), *A Mística Feminina* (MORESCO, 2022, p.07).

Um dos reflexos dessa segunda onda feminista pode ser vislumbrado, por exemplo, na consolidação da licença-maternidade para as mulheres (e que possui também previsão em solo brasileiro, no Art.7º, Inciso XVIII, da Carta Magna de 1988) e na proibição de discriminação sexual no recebimento de salário advindo do trabalho, conforme o que dispõe o Art.7º, Inciso XXX da referida Constituição.

Adiante, a terceira onda acabou tendo como principal pauta a luta do gênero feminino pelos seus direitos sexuais e reprodutivos. A citada onda também foi bastante forte nos Estados Unidos da América, principalmente no tocante à vedação do uso de contraceptivos pelas mulheres e na possibilidade de organização (arranjo) familiar. Apesar das referidas reivindicações, a terceira onda feminista também é lembrada por corresponder a um “divisor de águas” dentro do movimento, uma vez que as mulheres negras passaram a não ser vistas como representadas pelas mulheres brancas feministas, criando-se o movimento feminista negro (*Black Moviment Feminist*).

Além das mulheres negras, as transexuais e lésbicas também acabaram não vendo na figura da mulher branca e heterossexual a representação dos seus anseios, originando-se o *Movimento Queer* dentro do feminismo. Na própria América Latina, inclusive, criou-se um movimento próprio das mulheres latino-americanas, pois a luta iniciada em palco estadunidense normalmente abrangia mulheres pertencentes à classe média e alta da sociedade, o que não fazia parte da realidade das mulheres pobres da América Latina; assim:

É comum descrever a nova fase, pelo menos nos EUA, como marcada por discussões e disputas internas, contrastando com as décadas anteriores, que

teriam agrupado diferentes grupos de mulheres em torno de uma identidade comum (de mulher). No entanto, essa narrativa simplifica as discussões e os debates que acompanham a história do feminismo, ao mesmo tempo que fixa a crítica racial e sexual protagonizada por inúmeras mulheres em uma década específica (ZIERBEL, s.d., p.05).

Com a divisão no interior do movimento, a quarta onda – muito ligada ao desenvolvimento tecnológico e da *internet* – fez gerar discussões, principalmente jurídicas, na necessidade de motivar o Estado a proteger a mulher enquanto sujeito vulnerável nas suas relações domésticas e familiares. Esse momento, inclusive, é denominado de pós-modernismo feminista e abrangeu outras discussões de sexo e gênero, como o deslocamento do crime de estupro (hoje, previsto no Art.213 do Código Penal) para o Título I (Dos Crimes Contra a Pessoa) do mesmo diploma legal, bem como a possível descriminalização do infanticídio (Art.123 do Código Penal) e do aborto (Art.124 do mesmo diploma legal) em solo tupiniquim.

Nesse sentido, Adrualdo de Lima Catão e Elenita Araújo e Silva Neta prelecionam que: “o pós-modernismo feminista pode ser compreendido como o resultado de todo um período histórico de luta pelas mulheres para que estas fossem vistas, perante a sociedade, sem um estereótipo de gênero e definições” (E SILVA NETA; CATÃO, 2020, p.20).

É aqui que se insere a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/06) como um mecanismo essencial para a busca por essa necessidade de proteção da mulher – em suas relações domésticas e familiares – enquanto vulnerável. Assim, a finalidade basilar da Lei Maria da Penha é coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Art.1º, *caput*, da Lei), tendo influência direta da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (1979) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994.

As formas de violência contra o gênero feminino são previstas ao longo do Art.7º da referida Lei, sendo elas a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral. Em relação à primeira modalidade de violência – ou seja, a física -, esta corresponde a qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher. Por outro lado, a psicológica e a moral correspondem aos danos emocionais que acabam sendo praticados pelo agressor contra a vítima do sexo feminino, englobando também a possibilidade de prática de ilícitos, como calúnia e difamação (também previstos nos Arts.138 e 139 do Código Penal). Diante disso:

[...] a Lei Maria da Penha dispõe sobre tratamento relevante sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher estabelecendo em uma legislação específica para mulheres as diretrizes para o combate desta violência, rompendo com os padrões fixados pelo Direito em legislar e ser legislado pelos homens. Destaca-se que a Lei Maria da Penha ao tratar do sexo da vítima, isto é, a mulher, não se limita ao conceito biológico da pessoa que possui genitália feminina, referindo-se também àquelas pessoas que se identificam com o gênero feminino de modo a não haver na legislação a distinção da orientação da vítima amparada pela Lei, assegurando a proteção de lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros de identidade feminina [...] (CUPOLILLO; DE AMORIM; FONTENELE JÚNIOR, BILEGO, 2023, p.84).

Além das referidas modalidades, a violência sexual contra a mulher – no contexto de violência doméstica e familiar – pode ser vislumbrada em qualquer conduta que a constranja a realizar, presenciar ou manter relação sexual não desejada por ela. Por fim, a violência patrimonial praticada em desfavor da mulher, neste contexto, corresponde a qualquer conduta que configure a retenção, a subtração ou a destruição de valores ou objetos econômicos, destinados a satisfazer as necessidades básicas da mulher, enquanto um ser humano.

Nesse sentido, o legislador ordinário procurou garantir a efetividade da proteção do sexo feminino, contra as citadas violências, através das denominadas “medidas protetivas” (que, inclusive, podem ser determinadas em caráter de urgência a depender do contexto em que as citadas violências são praticadas contra a mulher). Assim, a determinação da fixação das protetivas é prevista no Art.19, §1º da Lei nº. 11.340/06, devendo haver requerimento da ofendida ou do Ministério Público para que haja a sua concessão pelo magistrado. Nesse sentido, o próprio §6º do Art.19 também determina que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir os riscos à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendidas (e dos seus dependentes); dessa forma:

As medidas de proteção possuem procedimento diferenciado, objetivando a celeridade na decisão do juiz, tendo em vista, que o afastamento do autor do lar é um pedido de extrema importância e urgência. Além do encaminhamento da vítima para os órgãos de assistência, o que leva as mulheres a possuírem mais informação acerca de sua situação e possibilidades de solução que levem o afastamento do agressor (SILVESTRE; QUEIROZ, 2023, p.08).

Uma novidade que ocorreu na Lei Maria da Penha – no ano de 2018 - foi a criação do único crime previsto em seu corpo textual, sendo ele o de descumprimento de medida protetiva de urgência imposta, conforme o Art.24-A da Lei nº. 11.340/06. Com a tipificação de tal descumprimento, caso o agressor não venha a respeitar a ordem judicial – por exemplo – que

arbitrou as medidas protetivas de urgência em favor da mulher, poderá ele receber uma pena de detenção de três a dois anos.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que o Superior Tribunal de Justiça já editou a Súmula nº. 536² e consolidou o entendimento de que os benefícios que gravitam a Lei nº. 9.099/95 não podem ser aplicados em caso de prática de alguma infração de menor potencial ofensivo – ou seja, com pena máxima de até dois anos – contra a mulher no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/06). Isso acaba corroborando com a preocupação do legislador em conferir máxima proteção ao sujeito feminino nessas relações, enquanto vulnerável em relação ao seu agressor.

Após a superação de tais preceitos normativos e dogmáticos, torna-se necessário – agora – o aprofundamento do estudo em relação ao princípio da bagatela imprópria e como este vem sendo interpretado e aplicado no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que tal princípio se refere a um dos nortes para a solução da problemática do presente trabalho.

2. O princípio da bagatela imprópria e a sua utilização na sistemática do ordenamento jurídico brasileiro

Como bem pontuado anteriormente, o Estado acabou surgindo como um ente necessário para a manutenção da paz social entre os indivíduos, através do contrato social, o qual todos os seres humanos renunciariam a parcela da sua liberdade em prol da construção do ente estatal. Contudo, um dos meios necessários para a manutenção do referido contexto de proteger a paz social entre os seres humanos é o uso do direito penal como ferramenta de prevenir e reprimir condutas consideradas ilícitas para a sociedade, pois:

[...] os significados hauridos dos enunciados pelos juízes devem, necessariamente, conter afirmações relativas à dignidade constitucional do bem jurídico, a intolerável forma de ofensa e ao fato de enxergar a resposta penal como a última possibilidade do ordenamento jurídico. (LIMA, 2012, p.77).

Assim, o direito penal – enquanto *ultima ratio* – tem como finalidade proteger os principais bens jurídicos (e mais caros) para todo o corpo social, inclusive, para fins de preservação da própria

² A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

paz social entre as pessoas. Dessa forma, para se chegar a tal finalidade, por exemplo; a própria Constituição Federal de 1988 - através do Art.5º, Inciso XLIII - determina que o legislador ordinário tipifique os crimes considerados como hediondos (tipificação esta que veio mais tarde, com a Lei nº. 8.072/90), bem como estes devem ser considerados inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou indulto. Além de tais disposições, o mandamento de criminalização constante no referido Inciso XLIII também determina que todos os envolvidos na prática de tais crimes classificados como hediondos devem responder por eles.

No mesmo sentido, a Constituição Federal de 1988 também preleciona no Art.5º, Inciso XLII; outro mandamento constitucional de criminalização envolvendo, agora, a criminalização do racismo: este deve ser tipificado como um ilícito imprescritível, inafiançável e que submeta quem o pratica a uma pena de reclusão. É evidente, diante disso, que o constituinte acabou depositando em alguns crimes – como os hediondos e os equiparados (racismo) – a sua preocupação em criminalizá-los com o objetivo de manter a referida paz social entre os indivíduos, através do uso do direito penal enquanto ferramenta para tal fim, já que “[...] o Estado passou a ser visto sobretudo em seu aspecto de associação voluntária para a defesa da vida, da propriedade, da liberdade.” (BOBBIO, 2012, p.50).

Todavia, o uso do direito penal não deve ser encarado como algo absoluto, isto é, que não obedece a um corpo de regras e princípios – normas, em sentido amplo. Todo o manuseio do direito penal, enquanto *ultima ratio* do aplicador do direito, acaba por obedecer a uma série de regras e princípios dispostos na referida Constituição Federal (por exemplo, nos já citados mandamentos de criminalização do legislador) e no próprio Código Penal, pois:

Pensava-se em se livrar do subjetivismo, tal como da influência religiosa e dos acidentes históricos. Interesse e razão se combinavam e o ponto arquimediano (de equilíbrio) estaria na própria natureza: o princípio da utilidade (YABIKU, 2011, p.01).

Ao folhear e interpretar o Código Penal, torna-se possível encarar a existência de regras e princípios que norteiam o seu uso. Como regra, é possível vislumbrar os preceitos normativos constantes ao longo do Art.59 do citado Código, o qual elenca uma série de fases (no total, três) que o magistrado deve observar no momento da fixação da pena do condenado. Além de tal regra, pode-se ver também a fixação de preceitos que prelecionam a determinação do regime de cumprimento de pena, através do Art.33 também do Código Penal, tendo como base a reincidência

(ou não) da pessoa, bem como a quantidade de pena final definida pelo juiz em sede de sentença no processo.

Sobre os princípios, também é de fácil percepção a sua existência ao longo do diploma infraconstitucional. Logo no corpo do Art.1º, *caput* do Código Penal, pode-se extrair o princípio da legalidade penal e o princípio da reserva penal, os quais definem que toda infração penal deve ser tipificada mediante lei ordinária, bem como ter – alicerçado a ela – a cominação prévia de uma pena que corresponda a prática daquela ação ou omissão relevante aos olhos do direito penal.

Além dos princípios tipificados no corpo dos textos legais (aqui, citou-se tanto a Constituição Cidadã, quanto o próprio Código Penal), também é possível encontrar a presença de princípios norteadores do direito penal em várias fases de sua aplicação. A título exemplificativo, pode-se citar o denominado princípio da intervenção mínima (considerado pedra basilar para a construção do, também, princípio da bagatela; objeto do presente estudo).

Assim, a intervenção mínima – enquanto princípio – corresponde a um comando dado ao tipificador e ao aplicador do direito para observar a necessidade de aplicação do direito penal sem interferir – em demasia – contra a esfera de liberdade do indivíduo, pois:

O princípio constitucional da intervenção mínima, decorrente de Constituições como a nossa, que estabelece uma quantidade considerável de valores firmados no pacto constituinte, vincula o Direito Penal à Constituição, obrigando o legislador, como se verá adiante, a criminalizar comportamentos somente quando sejam ofendidos bens jurídicos de relevância constitucional, sejam eles individuais ou coletivos e difusos. (LIMA, 2012, p.72).

Bom, quem conceitua e trata muito bem do princípio da intervenção mínima é o próprio Luigi Ferrajoli, o qual preleciona que a intervenção mínima do Estado – ao usar o direito penal – deve corresponder ao equilíbrio entre o respeito à liberdade do indivíduo, enquanto esfera intangível do direito, bem como a utilização pelo ente estatal das ferramentas necessárias – lei, pena, crime, entre outros – para intervir em tal liberdade da pessoa, com os menores danos e custos para o próprio Estado (FERRAJOLI, 2010, p.643).

Segundo o próprio Ferrajoli: “[...] os custos penais em termos de privação de liberdade devem ser, portanto, um mal menor em relação aos males maiores representados pelas ofensas que devem prevenir” (FERRAJOLI, 2010, p.643).

Arelado diretamente ao princípio da intervenção mínima, podemos reconhecer a existência do intitulado “princípio da bagatela”. É necessário pontuar que a bagatela pode ser

considerada uma manifestação da intervenção mínima por que tal princípio – da bagatela – busca excluir um dos elementos caracterizadores do crime, ou seja, a tipicidade (a qual encontra apoio no fato típico do ilícito penal) e – de forma consequente – a exclusão daquela ação ou omissão (que constitui uma infração penal) com base na ofensa irrelevante ao bem jurídico protegido pelo manto do direito penal. Logo:

[...] o princípio da bagatela no Direito penal para tipicidade penal exige lesão ao bem jurídico protegido, de tal forma que, o Direito penal não deve se ocupar como tipos incriminadores que não são capazes de uma lesividade mínima possível ao bem jurídico tutelado resguardado, não devendo a lei se atentar com infrações de pouca lesividade ou gravidade menos perceptível que não causa dano à coletividade (MÂCEDO, 2022, p.05).

Apesar da sua existência na seara criminal, o princípio da bagatela não encontra respaldo legislativo com um rol taxativo dos requisitos (e das hipóteses) que autorizam a sua aplicação pelo magistrado (lembrando que a autoridade policial não pode aplicar o princípio da bagatela, mas apenas o juiz, tendo em vista a necessidade de verificação da existência dos seus requisitos no caso em concreto e que fundamentam a sua adoção pelo Poder Judiciário).

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) – através do Ag no HC nº. 188.494/SP – já pacificou o entendimento, inclusive, sobre a aplicação do princípio da insignificância da bagatela na seara penal, consolidando a existência de requisitos mínimos para a sua aplicação (BRASIL, 2022, p.01).

Segundo o próprio Supremo, para que haja o uso da bagatela em alguma infração penal, torna-se necessário a existência dos seguintes requisitos no caso em concreto: (i) valor irrisório do bem; (ii) ausência de violência ou de grave ameaça no momento da prática do ilícito; (iii) consideração dos aspectos relevantes da conduta praticada (ação ou omissão); e (iv) a configuração de primariedade ou reincidência do acusado não constitui óbice, inclusive, para o reconhecimento da atipicidade material do crime ou da contravenção (BRASIL, 2022, p.01). Nesse sentido, o próprio STF preleciona que a aplicação do princípio da bagatela busca:

[...] desse modo, evitar que ações típicas de pequena significação passem a ser consideradas penalmente lícitas e imunes a qualquer espécie de repressão estatal, perdendo-se de vista as relevantes consequências jurídicas e sociais desse fato decorrentes. Daí a importância da atuação do juiz da causa que, segundo as peculiaridades de cada caso concreto, deverá estabelecer a justa medida na dosagem da pena, tendo em conta, inclusive, heterogeneidades sociais,

econômicas e culturais. A aplicação do princípio da insignificância não depende apenas da magnitude do resultado da conduta (BRASIL, 2022, p.08).

Além do mencionado julgamento do Ag no HC nº. 188.494/SP, o Supremo Tribunal Federal também consolidou o entendimento – através do HC nº. 138.134/SP – que a aplicação do princípio da bagatela também deve observar a mínima ofensividade da conduta do agente, a periculosidade social da ação, o grau de reprovabilidade desta e, por fim, a inexpressividade da lesão jurídica que foi provocada no contexto (BRASIL, 2017, p.01).

Tal cenário nas palavras do Supremo:

Como é cediço, o Direito Penal deve ocupar-se apenas de lesões relevantes aos bens jurídicos que lhes são caros, devendo atuar sempre como última medida na prevenção e repressão de delitos, ou seja, de forma subsidiária a outros instrumentos repressivos. Isso significa que o bem jurídico deve receber a tutela da norma penal somente quando os demais ramos do Direito não forem suficientes para punir e reprimir determinada conduta (BRASIL, 2017, p.07).

Porém, além do STF, o Superior Tribunal de Justiça – com o AgRg no HC nº. 764.554/SP – também definiu que para haver a aplicação do princípio da insignificância (ou bagatela) pelo magistrado, deve o valor total do objeto subtraído (no crime de furto, por exemplo) não ultrapassar 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos (BRASIL, 2022, p.01).

Apesar da constante atividade da jurisprudência pátria em determinar as balizas certas para a aplicação da bagatela na seara do direito penal, é válido mencionar que o referido princípio da insignificância acaba tendo um desdobramento, mas que buscava excluir não a tipicidade da conduta criminosa, mas sim a sua culpabilidade na constituição do ilícito. Assim, estamos falando do chamado “princípio da bagatela imprópria” (ou da irrelevância penal do fato):

Contudo, o princípio da insignificância baseia-se unicamente nesse critério, de maneira que, não havendo desvalor do resultado, ou seja, não tendo sido causada considerável lesão ao patrimônio jurídico protegido, não há que se falar em crime; contudo, isso não quer dizer que o autor do fato insignificante fique impune, sobre ele devem recair todas as sanções civis, trabalhistas e dos demais ramos do Direito, o que não se justifica é a aplicação do Direito Penal, [...]. Por seu turno, o princípio da irrelevância penal do fato vai além e considera, ainda, o desvalor da ação e o desvalor da culpabilidade. Assim, presente qualquer deles o fato torna-se penalmente relevante, devendo o agente ser sancionado (DE OLIVEIRA, 2011, p.227-228).

Logo, enquanto a bagatela procura considerar a conduta (ação ou omissão) praticada pelo agente como um irrelevante penal, no tocante às circunstâncias que foram praticadas; o princípio da bagatela imprópria tem como principal finalidade a exclusão do elemento da culpabilidade na constituição do crime ou da contravenção, sob a justificativa da desnecessidade de aplicação da pena, de acordo com as circunstâncias também existentes no caso analisado pelo juiz.

Tal princípio também mereceu os olhos da jurisprudência dos tribunais pátrios, que puxaram para si a necessidade de consolidar balizas de aplicação do princípio da bagatela imprópria. Nesta seara, por exemplo, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) acabou julgando a Apelação criminal de nº. 0042331-40.2011.4.01.3300 para autorizar a aplicação do princípio da bagatela imprópria nos casos em que “[...] a atual condição do réu não é favorável a cometimentos de novos delitos, afastando qualquer hipótese de castigo, intimidação ou ressocialização” (BRASIL, 2019, p.01).

Isso significa que conforme o TRF-1, o princípio da irrelevância penal do fato pode ser aplicado no contexto em que a condição do acusado não aponta que este vai vim a cometer novos crimes ou contravenções.

Um dos julgados interessantes sobre tal princípio foi o confeccionado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), o qual com a Apelação criminal de nº. 0000727-57.2009.8.17.0110 determinou que pode haver a aplicação do princípio da bagatela imprópria nos casos em que haja estupro com violência presumida, a depender do contexto fático e social presentes. Segundo o Relator do julgado:

O reconhecimento do princípio da bagatela imprópria significa que o magistrado, mesmo diante de um fato típico, deixe de aplicar a pena em razão desta ter se tornado desnecessária. Difere da bagatela comum ou do princípio da insignificância porquanto a tipicidade material está presente, ou seja, há o reconhecimento de relevante desvalor da ação, porém a aplicação da pena se mostra desnecessária, desarrazoada, sendo, por isso, dispensada (BRASIL, 2018, p.01).

Ainda sobre o julgamento:

Não está presente o dolo de se aproveitar da vulnerabilidade da vítima, sequer de prejudicá-la. Se assim não fosse, não teriam os pais permitido o namoro, não teriam réu e vítima ido morar juntos, e não teria o apelado continuado a prestar assistência ao filho que possuem, mesmo após o fim da relação amorosa, tendo a vítima já constituído nova família. É neste aspecto que reside o ínfimo desvalor

da culpabilidade, incidindo a bagatela imprópria. [...] Não se pode desconsiderar também a realidade social e a transformação dos comportamentos na sociedade contemporânea [...] (BRASIL, 2018, p.01).

Além de tal contexto, o Superior Tribunal de Justiça – com o julgamento do AgInt no AREsp 1.541.400/SP – não vem admitindo, desde o ano de 2019, a aplicação pelo magistrado do referido princípio da irrelevância penal do fato nos crimes que possuam violência física apta a caracterização de roubo, uma vez que “não se aplica o princípio da bagatela imprópria quando há relevância penal da conduta imputada” (BRASIL, 2019, p.01).

Todavia, apesar de já ter tratado sobre a possibilidade de aplicação do princípio ora em tela nas condutas que venham a caracterizar o ilícito penal de roubo, o Superior Tribunal de Justiça precisou enfrentar a também possibilidade de permitir o uso da bagatela imprópria nos crimes ou contravenções praticadas sob o manto da Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) no contexto de reconciliação do casal, após o fato criminoso. Tal discussão foi gerada através da impetração do HC de nº. 333.195/MS, o qual será estudado logo a seguir com a finalidade precípua de responder a problemática central do presente artigo.

3. O julgamento do *habeas corpus* nº. 333.195/MS: pode o princípio da bagatela imprópria ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei nº. 11.340/06, nos casos em que ocorra a reconciliação posterior do casal?

Chegou no ano de 2016, na quinta turma do Superior Tribunal de Justiça, a impetração do *habeas corpus* de nº. 333.195/MS pela Defensoria Pública do estado de Mato Grosso do Sul, o qual trouxe à baila a seguinte discussão: pode o princípio da bagatela imprópria ser aplicado aos crimes ou contravenções cometidas contra a mulher – no âmbito da Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) – e que, após a prática da ação ou omissão criminosa pelo agressor, haja a reconciliação do casal?

Em linhas gerais, o paciente do citado *habeas corpus* acabou sendo condenado à pena de dois anos de detenção e quinze dias de prisão simples, pela prática do crime de ameaça (Art.147 do Código Penal, por duas vezes) e de vias de fato, nos termos do Art.21 da Lei nº. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais) (STJ, 2016, p.01). Após a negativa de provimento da sua apelação, em sede de tribunal de justiça, o paciente impetrou o remédio constitucional com a intenção de conseguir a liminar, sob a justificativa de que estaria sofrendo constrangimento ilegal diante de tal

condenação, uma vez que havia se reconciliado com a companheira após os fatos referidos (BRASIL, 2016, p.02-03).

Nesta seara, a defesa do paciente sustentou que:

[...] a) "o que está em questão quando da discussão da incidência da infração bagatela imprópria é a desnecessidade da pena, embora o fato seja formal e substancialmente típico"; b) "o direito penal não se presta a resolver pequenos suplantados desentendimentos. O Poder Judiciário não pode ser usado para punir/prejudicar cidadãos em razão de brigas superadas de casais"; c) se deve "respeitar o princípio da intervenção mínima"; d) "inegavelmente, a aplicação da reprimenda ao Paciente caracteriza constrangimento ilegal sendo passível de ser sanado através do presente procedimento, uma vez que a vítima reatou com o ora Paciente após o incidente e tem convivido com o mesmo em harmonia" (BRASIL, 2016, p.02-03).

Dessa forma, torna-se evidente que o Superior Tribunal de Justiça precisou enfrentar se o princípio da irrelevância penal do fato seria autorizado a incidir sob os ilícitos penais abrangidos pelo âmbito da Lei nº. 11.340/06.

Logo, de um lado estaria a necessidade de proteção da mulher, enquanto ser vulnerável em suas relações domésticas e familiares e a qual, conforme os preceitos normativos da Lei Maria da Penha, precisa ser protegida sob todas as formas de violência (física, patrimonial, sexual, moral e psicológica).

Além disso, o próprio Superior Tribunal de Justiça também precisou levar à ponderação o entendimento de que os ilícitos penais praticados sob o contexto da Lei nº. 11.340/06 são tão relevantes socialmente que nem os benefícios da Lei nº. 9.099/95 podem ser cogitados para a aplicação na Lei Maria da Penha.

Agora, por outro lado, o STJ também precisou enfrentar se a reconciliação do casal – enquanto sujeitos envolvidos na violência doméstica e familiar – seria capaz de afastar a necessidade de imposição da pena em relação ao agressor ou, na verdade, a reconciliação do agressor e da mulher vítima da violência seria capaz de excluir a aplicação da penalidade com base na retirada da culpabilidade da infração penal. Lembrando que a própria Defensoria Pública do estado de Mato Grosso do Sul invocou o princípio da intervenção mínima para afastar a relevância penal da conduta do paciente.

Torna-se evidente, dessa forma, que o Superior Tribunal de Justiça necessitou ponderar qual dos dois lados ia prevalecer: os preceitos normativos da Lei nº. 11.340/06 ou a aplicação do

princípio da bagatela imprópria (atrelado à intervenção mínima estatal). Desta feita, inicialmente, o STJ afirmou que “[...] a jurisprudência desta Corte Superior está consolidada no sentido de não admitir a aplicação dos princípios da insignificância e da bagatela imprópria aos crimes e contravenções praticados com violência ou grave ameaça contra mulher, no âmbito das relações domésticas” (BRASIL, 2016, p.04).

Contudo, como o presente caso trouxe para a discussão a reconciliação do casal como uma justificativa de aplicação do princípio da irrelevância penal do fato, o STJ prelecionou que tal justificação não teria o condão de afastar a relevância penal da conduta praticada pelo paciente do *habeas corpus*, “[...] não implicando a reconciliação do casal atipicidade material da conduta ou a desnecessidade de pena” (BRASIL, 2016, p.04).

Assim sendo, para o Superior Tribunal de Justiça – conforme o julgamento do HC de nº. 333.195/MS – a reconciliação da vítima e do agressor, após o crime ou a contravenção penal praticada no contexto de violência doméstica ou familiar contra a mulher, não é requisito autorizativo para a incidência do princípio da bagatela imprópria no caso, uma vez que a relevância penal da conduta é a que deve prevalecer em tais situações, devido ao contexto de vulnerabilidade da mulher.

4. Considerações finais

Ao final da pesquisa, foi possível perceber que a Lei nº. 11.340/06 é resultado de conquistas – ao longo da história – de movimentos de cunho feminista, sendo o último deles o denominado pós-modernismo feminista. Assim, a referida Lei tem como finalidade principal a proteção da mulher que sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar, seja ela de natureza física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral. Além disso, o próprio legislador ordinário trouxe a figura das medidas protetivas como um mecanismo para efetivar a proteção da figura feminina que venha a sofrer tais tipos de violência.

No mesmo sentido, também foi perceptível que o direito penal é utilizado pelo ente estatal com base no preceito da *ultima ratio*, onde a sua aplicação depende da observância de uma série de regras e princípios – ou seja, normas. Um desses princípios, como bem estudado anteriormente, foi o da intervenção mínima – o qual defende que o Estado é autorizado a interferir na liberdade do indivíduo, porém da forma menos drástica possível – que tem relação direta com o então princípio da bagatela (ou da insignificância). Porém, enquanto que a insignificância busca exclui

da tipicidade material da conduta criminosa, o princípio da bagatela imprópria (ou da irrelevância penal) possui como principal objetivo a exclusão da culpabilidade da infração penal e, conseqüentemente, a desnecessidade de aplicação da pena pelo magistrado no caso em concreto.

Nesse contexto, da análise do HC de nº. 333.195/MS, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que a reconciliação do casal após o crime ou a contravenção penal praticada no contexto de violência doméstica ou familiar – contra a mulher – não é requisito autorizativo para a incidência do princípio da bagatela imprópria, tendo em vista que a relevância penal da conduta é a que deve prevalecer em tais situações, devido ao contexto de vulnerabilidade da mulher.

Referências

BARROS, Aparecida da Silva Xavier; ALVES, Thelma Panerai. Lutas feministas e enfrentamento às desigualdades e às violências sofridas pelas mulheres no Brasil. *Ciências & Trópico*, [s. l.], v. 46, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/2065>. Acesso em: 29 maio 2023.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*/ Luís Roberto Barroso. – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BOBBIO, Norberto, 1990. *Estado, governo, sociedade*; por uma teoria geral da política/ Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v.69).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1ª Turma). Agravo Regimental no *habeas corpus*, Ag no HC nº. 188.494/SP. Julgadora: Ministra Rosa Weber. Julgamento: 08/02/2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1391102264>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2ª Turma). *Habeas corpus*, HC nº. 138.134/BA. Julgador: Ministro Ricardo Lewandowski. Julgamento: 07/02/2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/769650497>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª Turma). Agravo regimental no *habeas corpus*, AgRg no HC nº. 764.554/SP. Julgador: Joel Paciornik. Julgamento: 14/11/2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1687365205>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). *Agravo interno no agravo em recurso especial*, AgInt no AREsp nº. 1.541.400/SP. Julgador: Rogério Cruz. Julgamento: 17/12/2020. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/858000455>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª Turma). *Habeas corpus*, HC nº. 333.195/MS. Julgador: Ministro Ribeiro Dantas. Julgamento: 12/04/2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/340002667>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (3ª Turma). *Apelação criminal*, APR nº. 0042331-40.2011.4.01.3300. Julgadora: Monica Sifuentes. Julgamento: 19/11/2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-1/898317211>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Pernambuco (2ª Câmara extraordinária criminal). *Apelação criminal*, APR nº. 0000727-57.2009.8.17.0110. Julgador: Fábio Eugênio Lima. Julgamento: 27/10/2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pe/634050612>. Acesso em 29 maio 2023.

CUPOLILLO, Catarini Vezetiv; DE AMORIM, Dandara Christiane Alves; FONTENELE JÚNIOR, Herôdoto Souza; BILEGO, Arthur Arantes. Igualdade de gênero e a Lei Maria da Penha: análise da ação declaratória de constitucionalidade nº. 19 e os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. *Revista Eletrônica Interdisciplinar*, Barra do Garças, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/rei/article/view/312/303>. Acesso em: 29 maio 2023.

DE ASSUMÇÃO, Glauciany Barbosa. Primeira onda feminista brasileira e a luta pelo sufrágio. *Revista Jurídica do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro*, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://jusscritum.pt/index.php/revista/article/view/108/84>. Acesso em: 29 maio 2023.

DE OLIVEIRA, Thiago Barbosa. Os princípios da insignificância e da irrelevância penal do fato no contexto da teoria do direito penal do mínimo. *Anais - artigos completos*, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38530101/Anais1.pdf?1440125023=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAnais_do_I_Congresso_da_AMPD_v_1.pdf&Expires=1685405559&Signature=RyI~qUHdenVgiNK05Jaa5OA2JFnNlmncRQ1cIsKCy4Nb~IW82bGDdKRPFxr5iNZmACcHrEW2l~zQUnfjA6-LmqUWKog6FHiL30xCZ5hPiifonN-yZgjuY2X44cZZTP-N5HsFV77HRoEvMyt2G44jWWIRkxMLJPeyfz~D-RyRVEhvIoUXII06yFltZkEljz9ULRxQzDBW8RCPusAZ5eG3Rg5Axfm8C7XVNwRejZS5LU RiEAZfzHqCKUMRfelkrdEi6Ar93SgGy6GGaYT0GyR7ae1ecQKrhaIPQycXbKLM8M0kQmA LTr4vteFYVjdVHZm25XCBI5fulsAX2-6TFAXYJQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=221. Acesso em: 29 maio 2023.

E SILVA NETA, Elenita Araújo; CATÃO, Adrualdo de Lima. O pós-modernismo feminista: os possíveis efeitos advindos da criminologia feminista no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, Paranaguá, v. 5, n. 2, 2020.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*/ Luigi Ferrajoli; prefácio da 1. ed. italiana, Norberto Bobbio. – 3. ed. rev. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã*. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-deapoio/legislacao/mulher/declar_dir_mulher.pdf. acessado em 26 de março de 2020. Acesso em 29 maio 2023.

LIMA, Alberto Jorge C. de Barros. *Direito penal constitucional: a imposição dos princípios constitucionais penais*/ Alberto Jorge C. de Barros Lima. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MACÊDO, Valéria Pereira. A natureza do princípio da insignificância no direito penal. *Revista Multidisciplinar do Amapá (REMAP)*, [s. l.], v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <http://periodicos.ifap.edu.br/index.php/REMAP/article/view/375/311>. Acesso em: 29 maio 2023.

MORESCO, Marcielly Cristina. Primavera secundarista: uma convivência feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BvSqJfsBKCCjxnYfJS5cMSq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2023.

ROSSEAU, Jean-Jacques, 1712-1778. *O contrato social*/ J. J. Rousseau; [apresentação de João Carlos Brum Torres; tradução Paulo Neves]. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

SANTOS, Ananda Rodrigues; BRUTTI, Tiago Anderson. O feminismo e a luta pela desconstrução de estereótipos: uma busca pela efetivação da igualdade à luz da Constituição Federal de 1988. *Revista do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social*. v.08, n.01, jan./abr., 2019.

SILVESTRE, Geovanna Siqueira; QUEIROZ, Carla Figueiredo Garcia. A ineficácia das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. *Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste (UNIDESC)*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/3946/1973>. Acesso em: 29 maio 2023.

YABIKU, Roger Moko. *Ética e direito no utilitarismo de Betham*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20642/etica-e-direito-no-utilitarismo-de-jeremy-bentham>. Acesso em: 29 maio 2023.

ZIRBEL, Ilze. *Ondas do feminismo*. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 29 maio 2023.